

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho III (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**BARBOSA LIMA SOBRINHO III  
(depoimento, 1997)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 05/09/1997

duração: 1h

fitas cassete: 01

páginas: 07

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. (Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.)

### **BARBOSA LIMA SOBRINHO**

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em Recife em 22 de janeiro de 1897. Bacharel em direito em 1917, colaborou em jornais pernambucanos até 1921, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e ingressou no *Jornal do Brasil*. Além de jornalista, fez carreira política: foi deputado federal de 1935 a 1937, de 1946 a 1948 e de 1959 a 1963, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool de 1938 a 1946 e governador de Pernambuco de 1948 a 1951. Sempre marcou sua atuação pela defesa de posições nacionalistas, a que veio se somar, após 1964, a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Presidente várias vezes reeleito da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Brasileira de Letras, é autor de extensa bibliografia e até hoje, aos 101 anos de idade, publica artigos no *Jornal do Brasil*.

Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Américo Freire em 5 de setembro de 1997.

## O jornalista e o político

*Como foi o início de sua carreira de jornalista no Rio de Janeiro?*

Creio que não há jornalista que tenha trabalhado mais tempo do que eu no jornalismo aqui do Rio de Janeiro. Entrei em 1921 para o *Jornal do Brasil*, e o redator-chefe, que fazia os artigos de fundo, era o conselheiro e professor Nuno de Andrade. Com a morte de Nuno de Andrade, eu, que era redator político junto, primeiro, do Senado e, depois, da Câmara dos Deputados, fui então investido nas funções de redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Daí em diante exerci essas funções durante um período longo, até depois da Revolução de 30. A partir de 1927 comecei a publicar artigos assinados. Os artigos assinados é que representam a minha visão do Brasil, o meu ponto de vista, as atitudes que tenho tomado.

*O senhor sempre quis ser jornalista?*

O meu destino não era ser jornalista. Eu estava em Pernambuco, e não havia condições financeiras para exercer realmente o jornalismo nos jornais de lá. Eu pensava em ser professor da Faculdade de Direito e me preparei para isso. Mas eles resolveram dar a cadeira a um outro professor, sem concurso. Depois de escrever três artigos censurando a nomeação desse candidato, tive que sair de Pernambuco, porque não tinha mais condições, não podia mais pensar na Faculdade de Direito. Mas era esse o meu sonho.

*E aí o senhor veio para o Rio de Janeiro, para o Jornal do Brasil.*

Sim. Eu já tinha relacionamento, através do Clube Náutico Capibaribe, com o conde Pereira Carneiro.<sup>1</sup> O conde Pereira Carneiro e o irmão dele, Camilo, eram entusiastas do Clube Náutico Capibaribe. Joguei futebol lá, depois fui até diretor.

*Como foi sua experiência de repórter político na Câmara dos Deputados aqui no Rio?*

Muito intensa. Naquela época havia uma oposição legítima. Tenho a impressão de que o Congresso, depois que se mudou para Brasília, se transformou totalmente. Não se sentia a presença de uma oposição quando o Congresso foi para Brasília, não é verdade? O pessoal da Novacap não ia assistir às sessões do Congresso. Só foi assistir quando se passou a discutir os problemas da própria Novacap: aí eles iam. Fui da primeira turma que foi para Brasília — era deputado na primeira legislatura que foi para lá<sup>2</sup> —, e a gente tinha a impressão de que trabalhava num deserto. Essa impressão durante algum período ou outro desaparece, mas volta permanentemente.

---

<sup>1</sup> Ernesto Pereira Carneiro (1877-1953), empresário de origem pernambucana, transferiu-se em 1914 para o Rio de Janeiro e em 1918 adquiriu o *Jornal do Brasil*. Fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o jornal pertencia então a Fernando e Cândido Mendes de Almeida e passava por dificuldades financeiras. Pereira Carneiro, conde papal desde 1919, promoveu a recuperação do jornal, fortalecendo sua equipe com colaboradores de renome. Além de Barbosa Lima Sobrinho, escreviam no *Jornal do Brasil* do início dos anos 1920 o conde Afonso Celso, Aníbal Freire, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque e Múcio Leão, entre outros. Ver *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; 1930-1983*, coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, Forense-Universitária, Finep, 1984), daqui em diante referido como *DHBB*.

<sup>2</sup> Deputado federal por Pernambuco de 1959 a 1963, Barbosa Lima Sobrinho estava portanto na Câmara quando a capital foi transferida para Brasília, em 21 de abril de 1960. Ver *DHBB*, op. cit.

Aqui no Rio, não só havia oposição no Congresso, como havia assistência para a oposição. Em grande parte o problema também é esse: a oposição precisa sentir amparo do povo. As galerias atentas acompanhavam os debates, se interessavam realmente pelo que acontecia na Câmara. A gente não tem a impressão de que isso continuou em Brasília, senão nos momentos raros em que Brasília se integrou nas causas nacionais. Houve um momento em que Brasília comungou realmente com as causas nacionais, que foi o do *impeachment* do Collor. Ali eu senti a presença de Brasília me acompanhando. Quando fui lá apresentar o *impeachment*, senti que a população estava presente.<sup>3</sup>

Durante o tempo em que fui deputado, aqui no Rio, eu sentia a presença do povo. Em Brasília, pelo menos de começo, não senti nem a presença nem o amparo do povo. Acho que em Brasília havia deficiência no interesse pelos trabalhos do Congresso. Ausência do povo.

*O senhor foi contrário à mudança da capital para Brasília?*

Não. Eu estava como deputado na ocasião e até fui voto favorável à mudança, porque ela estava na Constituição. Tínhamos que cumprir a Constituição, para que ela não se tornasse letra morta em um aspecto essencial. Mas hoje eu penso se foi um benefício para o Brasil esse deslocamento para Brasília.

*O senhor foi eleito deputado pela primeira vez em 1934. O fato de ser redator-chefe do Jornal do Brasil serviu à divulgação das suas idéias políticas?*

Há o seguinte aspecto a considerar: nem sempre a orientação do *Jornal do Brasil* interpretava o meu pensamento. A partir de 1927, como acabei de dizer, comecei a publicar artigos assinados. Evidentemente, nos artigos assinados, estou integralmente dentro das minhas teses e pontos de vista. Já nos editoriais eu tinha que procurar interpretar os sentimentos dos diretores e proprietários do jornal.

Tenho mais de três mil artigos assinados. De 1927 até agora houve apenas uma fase em que os interrompi, que foi a fase dos anticandidatos.<sup>4</sup>

Quando Ulisses Guimarães e eu nos apresentamos como candidatos, sabíamos que era apenas uma contestação, não havia nenhuma probabilidade de eleição. Mas havia a necessidade de contestar. E tanto foi útil contestar que nós verificamos que na eleição de 74 foram eleitos cerca de 14 senadores da oposição. Tínhamos até a impressão de que se aquela fosse a época de eleger dois senadores por estado, podia-se ter conquistado a maioria do Senado. Mas como era época de eleger só 1/3...

---

<sup>3</sup> Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcelo Lavenère Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram os autores do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. De acordo com a Constituição, fizeram-no na condição de cidadãos, e não como representantes das instituições que presidiam, e constituíram Evandro Lins e Silva como seu advogado. Ver Evandro Lins e Silva, *O salão dos passos perdidos; depoimento ao CPDOC* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Fundação Getúlio Vargas, 1997).

<sup>4</sup> Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho apresentaram-se como “anticandidatos” do MDB às eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República realizadas em 15 de janeiro de 1974 e, como era esperado, foram derrotados pelos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. Nas eleições legislativas de novembro daquele ano o MDB obteve realmente uma consagrada vitória, elegendo 15 em 21 senadores e 165 em 364 deputados, contra 3 em 42 e 87 em 310, respectivamente, em 1970. Ver *DHBB*, op. cit.

*Quando, nos anos 30, o senhor deixou a posição de jornalista que cobria o Congresso para ocupar a posição de parlamentar, como viu o papel da imprensa na discussão dos assuntos políticos?*

Alguns jornais tinham um pouco mais de liberdade. Antigamente havia vários jornais de oposição. Hoje só há um aqui no Rio de Janeiro, que é a *Tribuna da Imprensa*. Leio diariamente a *Tribuna da Imprensa*, porque afinal é um jornal que reflete o ponto de vista da oposição.

Antigamente a oposição era mais combativa. Hoje a gente tem a impressão de que há deficiência na própria oposição. Há divisões em vários partidos, que se formam aí ninguém sabe como, e o resultado, de certa maneira, é que o quadro político do Brasil é um quadro em que não se tem a impressão de que haja realmente uma oposição. Antigamente, a atitude da oposição presente nas sessões da Câmara dos Deputados tinha uma grande influência. Será que hoje a oposição tem o apoio do público, será que as sessões no Senado são concorridas? Tanto não são, que eles adotaram o sistema de transmitir pela televisão. É a prova de que não sentiam a presença do povo. Porque se sentissem, não precisavam desse recurso.

Há várias coisas que se modificaram profundamente. Nós estamos hoje com um Congresso em que há senadores que não tiveram o voto do povo. Isso não pode deixar de se refletir. Esses senadores são o quê? São financiadores da eleição de outros, apenas financiadores. Concorrem para diminuir as despesas dos que são eleitos. Mas exercem uma função que não tem nenhum aspecto de representação popular. Acho que isso é contra o regime, é contra a democracia. Afinal de contas, no Senado, haver senadores que não receberam o voto do povo! Como são financiadores do mandato dos outros, os outros os respeitam e abrem espaço para que eles intervenham sempre que quiserem. Quando assim o desejam, eles conseguem dos senadores cuja eleição financiaram a necessária concordância com a sua presença.

*Mudou a qualidade da representação, mudou a oposição, mudou a participação popular nas sessões do Congresso... Mudou o jornalismo político?*

Realmente, aqui no Rio o jornalismo acompanhava de perto o trabalho do Congresso. Será que esse ambiente continuou, será que o jornalismo de Brasília tem uma influência permanente nas sessões do próprio Congresso? Isso é uma coisa sobre a qual não posso ter uma opinião definitiva, pois estou afastado, mas fico a me perguntar se de fato o Congresso está atento ao que dizem os jornais. Afinal, houve esses aspectos todos, desapareceu a influência popular nas sessões do Congresso... Aqui no Rio o povo estava sempre presente, acompanhando, participando das sessões.

*A tradição política de sua família era de oposição?*

Sim. Meu tio, que tinha o nome que herdei, era um deputado de oposição e estava constantemente na tribuna criticando, falando etc. Tanto que eu, em Brasília, consegui uma aprovação do Mazzilli para a edição de dois volumes contendo os discursos do velho Barbosa Lima.<sup>5</sup> Eram discursos de oposição.

---

<sup>5</sup> Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931), político da República Velha e grande orador parlamentar, teve seus discursos publicados no livro *Discursos parlamentares* (Brasília, Câmara dos Deputados, 1963-1966. 2 tomos). Ver *Grande enciclopédia Delta-Larousse* (Rio de Janeiro, Delta, 1977), daqui em diante *GEDL*.

*Nos anos 20 o senhor foi pela primeira vez presidente da ABI.<sup>6</sup> Como foi essa experiência?*

Quando fui presidente da ABI, já havia um projeto de construção de um grande prédio, mas todas as vezes que eu procurava as autoridades, elas diziam: “Existem três associações de imprensa. Como é que nós vamos decidir entre as três?” De modo que o meu primeiro trabalho foi unificar o jornalismo e fazer com que as três associações se reduzissem a uma só com a renúncia dos presidentes, inclusive a minha. Formou-se então uma única associação, que foi exatamente a Associação Brasileira de Imprensa. Só por isso nós temos este prédio, que de outra maneira, com três associações, não poderíamos ter.

### **O nacionalista**

*Em 1922, pouco depois da sua chegada ao Rio, teve início o governo Artur Bernardes. A perseguição aos jornais naquela época, em termos de censura, foi muito grande, não?<sup>7</sup>*

Sim, mas depois Artur Bernardes se redimiou, porque a atitude dele na criação da Petrobras foi exemplar. Defendeu a Petrobras como ninguém. Já como presidente da República ele obedecia às correntes nacionalistas, que tinham uma grande influência em Minas Gerais. O primeiro grande nacionalista dos nossos tempos foi Artur Bernardes, com a influência de Minas, e o segundo foi Getúlio Vargas. Realmente, examinando o conjunto das atitudes de Getúlio Vargas, verifica-se que ele sempre defendia soluções nacionalistas. Eu no começo não tinha simpatia por ele. Mas passei a ter desde o momento em que se discutiu na Câmara o projeto de Agamenon Magalhães de criação do Instituto de Resseguros, que era um projeto realmente nacionalista, e que Getúlio apoiou integralmente. Até então todos os seguros do Brasil eram feitos no estrangeiro. As companhias de seguros estrangeiras é que lucravam. Foi com a criação do Instituto de Resseguros que se passou a ter a receita de resseguros no Brasil.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> A Associação Brasileira de Imprensa foi fundada por Gustavo de Lacerda em 1908, sendo a seguir presidida pelo próprio, por Dunshee de Abranches, Belisário de Sousa, Raul Pederneiras, João Melo e Dario de Mendonça. Eleito presidente em 1926 e reeleito em 1930, Barbosa Lima Sobrinho pacificou a classe, dividida em três associações — além da ABI, havia a Associação de Imprensa Brasileira e o Clube de Imprensa — e obteve a escritura definitiva do terreno doado à ABI na esplanada do Castelo, lavrada afinal em 1932 pelo interventor Pedro Ernesto. A partir de 1931, durante 33 anos, a ABI foi presidida por Herbert Moses. Em 1935 os arquitetos Marcelo e Milton Roberto venceram o concurso de projetos para a sede da ABI, para cuja construção o governo de Getúlio Vargas concedeu um crédito especial. Em 1978 Barbosa Lima Sobrinho voltou à presidência da entidade, cargo que ocupa até hoje. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>7</sup> Artur Bernardes (1875-1955) assumiu a presidência da República em 1922 sob estado de sítio e realizou um governo marcado pela repressão à oposição, sobretudo ao movimento tenentista, pela intervenção nos estados e pela censura à imprensa. Em 1923 foi sancionada a Lei de Imprensa, denominada “Lei Infame”, que deu ao governo armas legais para controlar os meios de informação. Entretanto, outra faceta de Bernardes foi seu nacionalismo, anunciado já durante seu governo em Minas (1918-1922), quando combateu a Itabira Iron Ore Company, e manifestado durante toda a sua vida política. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>8</sup> Em julho de 1936 o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Agamenon Magalhães, enviou à Câmara o anteprojeto de criação do Instituto Federal de Resseguros. Barbosa Lima Sobrinho, então deputado, foi o relator do projeto. Os debates foram interrompidos com o fechamento do Congresso em 10 de novembro de 1937, mas já sob a vigência do Estado Novo, em 3 de abril de 1939, o Decreto-Lei nº 1.186 criou o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Ver *DHBB*, op. cit.

Hoje estão querendo voltar ao regime antigo e levar os seguros do Brasil para o estrangeiro. Contam com a boa vontade de um presidente da República que, embora pertença a uma família profundamente nacionalista — tanto o avô dele, que conheci pessoalmente, foi comandante da guarnição de Pernambuco, como o pai e o tio dele foram profundamente nacionalistas —, não merece esse título. Não podemos dar o título de nacionalista a Fernando Henrique Cardoso.<sup>9</sup>

*Mas podemos dá-lo a Barbosa Lima Sobrinho...*

Realmente, sempre defendi teses nacionalistas. Eu considerava, por exemplo, a situação do Brasil, da Argentina e do México, e verificava que nenhum deles tinha conseguido capitais próprios para o seu desenvolvimento. Mas havia um país no mundo que tinha conseguido isso. Esse país era o Japão. Então, estudei longamente as soluções usadas no Japão e cheguei à convicção de que devia publicar um livro com o título *Japão: o capital se faz em casa*.<sup>10</sup> Era um exemplo, e a gente vê a prosperidade do Japão como é considerável. Hoje, um dos maiores capitais do mundo é o capital japonês. E isso apesar de os Estados Unidos terem feito todo o esforço possível para que o Japão cedesse em aceitar as receitas que eles levavam para lá. Procuraram despertar o Japão mandando para lá um navio americano — isso está no meu livro —, e o Japão, apesar da presença desse navio, não admitiu curvar-se perante o capital estrangeiro. Queria o seu próprio capital para o financiamento do seu desenvolvimento. Porque só há realmente desenvolvimento de um país com capital próprio do país. Se o capital não é próprio do país, há desenvolvimento do capital dos Estados Unidos, como antigamente havia da Inglaterra. Aí está a minha tese.

*O senhor defendeu essas teses nacionalistas desde o começo da sua vida pública?*

Sim. Escrevi vários livros sobre a estratégia nacionalista. Realmente, a partir do século XVII, quando repeliu os holandeses, o Brasil tinha consciência das causas nacionais. Mas tudo isso acabou com a penetração do capital inglês, primeiro, e depois americano.

*Não houve um marco na estruturação desse pensamento nacionalista que o senhor vem esboçando ao longo dos anos?*

Atribuo o desenvolvimento das minhas idéias ao longo parecer, de cerca de 50 páginas, que fiz sobre a questão do Instituto de Resseguros. Estudei o assunto para verificar o que se fizera no Brasil. Quando o Brasil quis verificar qual era o capital que estava nos seguros, não encontrou nada. O capital tinha fugido.

Desde 1934, quando passei a deputado federal, pude me integrar totalmente na defesa das causas nacionais. Naquela ocasião deixei o *Jornal do Brasil*, mas continuei com os artigos assinados, que o jornal manteve. Naturalmente procurei ter uma certa reserva no que escrevia. Mas qualquer um pode examinar os meus artigos assinados, desde 1927, e não vai encontrar nenhuma demonstração de que eu tenha mudado de

<sup>9</sup> Fernando Henrique Cardoso, presidente da República desde 1994, é neto do general republicano Joaquim Inácio Batista Cardoso e filho do general Leônidas Cardoso. Este último foi um dos fundadores, em 1948, do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), participou da campanha do petróleo que antecedeu a criação da Petrobras e foi procurador da Liga de Emancipação Nacional, além de deputado pelo PTB paulista (1955-1959). O tio de Fernando Henrique, general Felicíssimo Cardoso, destacou-se na liderança da corrente nacionalista do Exército. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>10</sup> O livro foi editado no Rio de Janeiro, pela Paz e Terra, em 1973.

idéia. Duvido que se encontre algum artigo que não tenha sido profundamente nacionalista.

*O senhor também desenvolveu idéias nacionalistas no livro Presença de Alberto Torres.*<sup>11</sup>

*Presença de Alberto Torres* foi o livro com o qual respondi ao regime militar. Quando Castelo Branco tomou posse do poder e chamou para mentor das suas finanças Roberto Campos, achei que havia necessidade de procurar um verdadeiro nacionalista. Em um regime de censura, escrevi então a biografia de Alberto Torres. Alberto Torres foi um defensor do nacionalismo de tal maneira sincero que, como não encontrava ambiente, decepcionado, chegou a pensar em suicídio. O nacionalismo no Brasil pode levar a isso. Felizmente eu fugi disso, mas seria realmente um auxílio a eles eu desaparecer...

---

<sup>11</sup> O título completo é *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968). Entre outros livros de teor nacionalista de Barbosa Lima Sobrinho, podem ser citados *Antologia do Correio Brasiliense* (Rio de Janeiro, Cátedra, 1977), *Desde quando somos nacionalistas* (Petrópolis, Vozes, 1995) e *Hipólito da Costa: pioneiro da Independência do Brasil* (Brasília, Fundação Assis Chateaubriand/ Verano, 1996).